



ANIPB

Associação Nacional dos Industriais de Prefabricação em Betão

CIRCULAR N.º 21/2011

ASSUNTO: Envio da Acta da Assembleia-Geral Ordinária (1ª Sessão) da ANIPB – Associação Nacional dos Industriais de Prefabricação em Betão que teve lugar no passado dia 17 de Março de 2011 e convocação para a próxima Sessão.

Exmos. Senhores Associados,

Como é do Vosso conhecimento, no passado dia 17 de Março teve lugar a nossa Assembleia-Geral Ordinária que, da sua ordem de trabalhos, constava um ponto para apresentação de listas e respectivos programas para a eleição dos Corpos Sociais para o Triénio 2011/2013 e outro que seria a eleição dos mesmos. Lamentavelmente, não foi possível tratar os pontos dois e três da ordem de trabalhos porque não havia nenhuma lista candidata aos Órgãos Sociais da nossa Associação.

Aqui juntamos a acta da Assembleia Geral, para a qual pedimos a Vossa melhor atenção. Esperamos que, após a leitura da mesma, possamos, juntos, trabalhar para alcançar os objetivos a que esta Associação se propõe para dignificar e promover o sector que representa.

Vimos também informar que a 2ª Sessão da nossa Assembleia-Geral Ordinária terá lugar no próximo dia 19 de Maio do corrente ano, às 15H00 (em primeira convocatória) nas instalações da ANIPB, sitas na Rua Dona Filipa de Vilhena, n.º 9 – 2.º Direito, em Lisboa.

Assim, até à data da nossa Assembleia esperamos receber Listas e Programas candidatos aos Órgãos Sociais da ANIPB.

Contamos com a vossa presença!

Com os nossos cumprimentos,

PA Direcção

Lisboa, 31 de Março de 2011.

ACTA NÚMERO SETENTA

Aos dezassete dias do mês de Março do ano de dois mil e onze, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu nas instalações da ANIPB – Associação Nacional dos Industriais de Prefabricação em Betão, sitas na Rua Dona Filipa de Vilhena, número nove, segundo andar direito, em Lisboa, a Assembleia-Geral Ordinária da ANIPB, que havia sido convocada nos termos do número um do artigo décimo-sexto dos estatutos.

Da ordem de trabalhos constava:

Ponto Um – Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao Exercício do ano de dois mil e dez.

Ponto Dois – Apresentação das Listas e respetivos Programas para eleição dos Corpos Sociais para o Triénio de dois mil e onze, dois mil e treze.

Ponto Três – Eleição dos Corpos Sociais para o Triénio de dois mil e onze, dois mil e treze.

Ponto Quatro – Análise da situação de Sócios em incumprimento.

Ponto Cinco – Outros assuntos de interesse para o Sector.

Presidiu à sessão o representante da Empresa SIROLIS, Sociedade Anónima, Senhor Dr. José Órfão, Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Estiveram presentes as seguintes Empresas: **PAVICENTRO**, Sociedade Anónima; **SIROLIS**, Sociedade Anónima, **SOCIEDADE PORTUGUESA CAVAN**, Sociedade Anónima, **PAVIMIR**, Limitada; **LITOPREL**, Limitada; **CONCREMAT**, Sociedade Anónima; **PREBESAN**, Limitada; **LEIRIVIGA**, Limitada; **SECIL-PREBETÃO**, Sociedade Anónima e **TRANSAQUA**, Limitada.

A sessão foi aberta pelo Senhor Dr. José Órfão, presidente a Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa leu a Convocatória e solicitou ao Presidente da Direcção que se pronunciasse sobre o Relatório relativo ao exercício do ano anterior.

O Presidente da Direcção, Senhor Eng. Barros Viegas, da PAVICENTRO, tomou a palavra e disse aos presentes que a falta de presença dos Associados manifesta a falta de consideração por aqueles que deram o melhor do seu tempo e do seu saber pela existência da Associação. Esta falta de adesão pode acontecer por diversos fatores mas, se existe descontentamento, este é o lugar próprio para os Associados se manifestarem.

O Senhor Eng. Barros Viegas começou a falar sobre a atividade do anterior exercício e disse aos presentes que foram organizadas algumas reuniões em vários locais do País, com destaque para o Encontro sobre a Marcação CE das Vigotas. Realçou a importância da filiação da ANIPB no BIBM – European Federation for Precast Concrete (do acrónimo francês de “Bureau International du Béton

Manufacturé”), apesar do valor de quota ser elevado, pela inúmera e importante informação que recebemos.

Continuou dizendo que temos que arranjar outras formas de financiamento que não as normais (quotas, receitas de eventos e subsídios pela tradução de Normas) para que a Associação seja autossuficiente no futuro. Informou que nos últimos três anos foram traduzidas trinta Normas e agradeceu o trabalho das subcomissões, em especial ao Eng. Georges Deffense porque é o coordenador de um grupo de trabalho muito ativo e está hoje aqui presente.

Relativamente ao Projeto SAFECAST, o Senhor Eng. Barros Viegas informou que se têm desenvolvido todos os esforços para obter os resultados pretendidos e para isso a ANIPB tem tido um papel muito ativo. Agradeceu a colaboração específica da CONCREMAT e da PAVICENTRO neste projeto.

Continuou dizendo que no que diz respeito à negociação do Contrato Coletivo de Trabalho para o sector, o Senhor Dr. Hugo Neves António tem trabalhado arduamente para a publicação de um novo texto com todas as matérias revistas.

O Senhor Eng. Barros Viegas disse ainda que se tem dado resposta a tudo o que nos é solicitado. Falou da ligação com a ABCIC, Associação congénere brasileira, com a qual também estabelecemos uma parceria, vantajosa, pela troca de informação. Disse que a ANIPB se filiou na CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário. Esta adesão poderá ser muito proveitosa porque esta Confederação pretende ser membro permanente da Concertação Social tendo em conta que o sector da construção representa 18,6 do PIB e 16% do emprego em Portugal. Nesta Confederação, por enquanto, encontramos um espírito humanista e um nível muito elevado de discussão porque as pessoas são muito bem informadas. O Senhor Eng. Barros Viegas disse aos presentes que era este o espírito que gostava que a nossa Associação tivesse.

O Senhor Dr. José Santiago, da CONCREMAT, Tesoureiro, tomou a palavra para se pronunciar relativamente às contas e disse que o resultado reflete a situação da Associação. Que temos perdido Empresas Associadas e que temos outras que não pagam as quotas. Disse também que relativamente aos custos a situação está controlada.

O Senhor Dr. José Órfão tomou a palavra e disse que o que leu nas contas do exercício foi que a Associação, tal como está, poderá ter vida durante mais cinco anos e também referiu que verifica que existe uma disparidade entre a faturação de determinadas empresas e os valores que pagam de quotas.

O Senhor Dr. José Santiago informou que só podemos alterar os valores de quotas mediante comprovativos enviados pelas empresas Associadas o que nem sempre é viável.

Nada mais foi acrescentado relativamente ao Relatório e Contas e os mesmos foram votados e aprovados por unanimidade.

O Senhor Dr. José Órfão leu o Parecer do Conselho Fiscal que a seguir se transcreve:

“Senhores Associados,

De acordo com as disposições estatutárias, compete ao Conselho Fiscal emitir Parecer sobre o Relatório da Direção e as Contas, relativamente ao Exercício de 2010.

Foram analisados o Relatório da Direção e as Contas do exercício e face aos elementos disponíveis não detectámos qualquer irregularidade.

Assim, os três membros do Conselho Fiscal deliberam dar o seu voto favorável ao Relatório da Direção e às Contas respeitantes ao exercício de 2010.

Deste modo, propõe o Conselho Fiscal à Assembleia-Geral:

- 1. Que aprove o Relatório, Balanço e Contas do Exercício apresentados pela Direção;*
- 2. Que aprove a proposta da Direção quanto à aplicação do saldo do Exercício;*
- 3. Que seja dado um voto de louvor e agradecimento à Direção pelo trabalho desenvolvido;*
- 4. Que se manifeste todo o apreço aos colaboradores da Associação que contribuíram para os resultados obtidos.*

Lisboa, 9 de Março de 2011.”

O Presidente da Mesa colocou à votação o Parecer do Conselho Fiscal e o mesmo foi votado e aprovado por unanimidade.

Pela ausência de Listas para a eleição dos Corpos Sociais, o Senhor Dr. José Órfão passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos e marcou nova sessão desta Assembleia para o dia dezanove de Maio do corrente ano, nas instalações da ANIPB, às quinze horas em primeira convocação.

Relativamente ao ponto quatro da ordem de trabalhos, o Senhor Dr. José Santiago informou os presentes que esta Direção pretende dar a conhecer à Assembleia que está a desenvolver todos os esforços para manter os Associados e que para isso tem sido o mais tolerante possível no que diz respeito às empresas que não estão a liquidar as quotas a tempo e a horas.

O Senhor Eng. Georges Deffense disse aos presentes que entende que todas as empresas deveriam ser obrigadas a filiarem-se na Associação, tal como acontece em França com o CERIB (Centre d'Études et de Recherches de l'Industrie du Béton).

A Assembleia transmitiu à Direção que esta deverá encontrar formas de manter o maior número de Associados possível.

Passou-se de imediato ao último ponto da ordem de trabalhos e o Senhor Eng. Georges Deffense disse aos presentes que se não existe uma Lei que obrigue as empresas de prefabricação a ser Associadas da ANIPB, a Associação devia criar a necessidade de as empresas se associarem.

No seguimento deste raciocínio foram dadas várias sugestões tais como: As empresas Associadas virem a ter no seu papel timbrado a referência (associado

ANIPB) com o intuito das instituições reconhecerem a importância dessa chancela; a Associação ser detentora de um manual de cálculo que só seria veiculado aos Associados; promover junto das entidades certificadoras a necessidade de verificarem e de dar tratamento especial aos Associados da ANIPB.

O Senhor Eng. Barros Viegas disse aos presentes que poderíamos seguir todas as sugestões mas que lhe parece difícil que as entidades percam um cliente só porque não é Sócio da ANIPB. Acrescentou que, de qualquer forma, teríamos que criar mais dinâmica para a Associação e isso passaria por fazer Ações de Formação na área da prefabricação, indo buscar os Mestres para ensinar. Através do BIBM, divulgar muita informação para bem do sector da prefabricação. Teríamos, sem dúvida, que criar mais fontes de rendimento que não as tradicionais que aqui já tinha referido.

O Senhor Eng. Massano André, da PREBESAN e da TRANSAQUA, referiu o facto de a ANIPB ser ONS – Organismo de Normalização Sectorial, mandatada pelo IPQ – Instituto Português da Qualidade e talvez através desse mandato consigamos, legitimamente, emitir uma Declaração ou um documento que ateste a qualidade de um produto.

O Senhor Dr. Hugo Neves António, da SECIL-PREBETÃO, sugeriu que, no caso de ser possível, acrescentar na Norma um texto que refira a obrigação de pedir uma Declaração à Associação que, por sua vez, só a emitirá a Associados.

O Senhor Dr. Carlos Couto, da LITOPREL e da LEIRIVIGA, interveio e disse que nas traduções não podemos acrescentar o que quer que seja. As traduções são iguais ao documento original, à Norma Europeia.

O Senhor Dr. José Órfão disse que tinha uma questão a colocar: ANIPB que futuro?

O Senhor Dr. José Santiago tomou a palavra e disse que com este nível de cobrança de quotas, a Associação terá mais cinco anos de vida e que tem que ser delineada uma estratégia para dinamizar a Associação.

O Senhor Eng. Barros Viegas voltou a referir que será necessário criar mais fontes de receita sozinhos ou em colaboração com outras Associações. Teremos que criar mais motivação para as empresas se aproximarem. Mostrar a mais-valia do nosso produto e da sua sustentabilidade utilizando todas as fontes de que dispomos.

O Senhor Eng. Barros Viegas ainda disse que apesar de todo o trabalho desenvolvido nos últimos três anos, não apareceu ninguém na Assembleia.

O Senhor Doutor José Órfão tomou a palavra e perguntou aos presentes se tinham mais alguma coisa a acrescentar ao que já tinha sido dito. Como ninguém se pronunciou, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral propôs um Voto de Louvor à aos Órgãos Sociais pelo seu desempenho e aos colaboradores pela sua dedicação.

O Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Eng. Barros Viegas propôs um Voto de Louvor à Mesa pela forma como conduziu os trabalhos e um Voto de Confiança para a redação da ata e os mesmos foram aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos encerrados cerca das dezassete horas e quarenta e cinco minutos e lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos membros que constituíram a Mesa.